

Experiências de Auto-organização nas Lutas dos Trabalhadores da Educação em Goiás

Lucas Maia*

Marcos Ataídes**

Há na contemporaneidade a emergência de um conjunto de lutas sendo empreendidas em vários lugares do mundo. O que vem chamando a atenção, contudo, é o fato de várias delas assumirem formas de organização, atuação, táticas, ações etc. que se aproximam muito umas das outras, embora não exista contato direto algum entre elas. Este processo de reemergência das lutas é observado em Europa, Estados Unidos, a América Latina foi durante toda a década de 1990 e 2000 o centro de gravidade das lutas radicalizadas dos trabalhadores. Enfim, a urgência das lutas exige também uma urgência do pensamento em apreender sua dinâmica.

As décadas de 2000 e 2010 são testemunha de um conjunto de lutas empreendidas pelos trabalhadores da educação em Goiás que muito se assemelham a lutas levadas a cabo em Argentina, México etc. Referimo-nos aqui à necessidade de auto-organização, ou seja, de ação direta dos trabalhadores em educação do Estado de Goiás contra as organizações burocráticas: sindicatos, partidos políticos, Estado. Este é tema de que nos ocuparemos neste ensaio: as experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás.

As experiências aqui analisadas são as empreendidas pelos trabalhadores da educação do município de Goiânia e a dos professores, técnico-administrativos e estudantes da Universidade Estadual de Goiás. Os trabalhadores da educação em Goiânia, em sua luta contra seu sindicato, SINTEGO, foram conduzidos a elaborar métodos de luta, de ação e de organização que evidenciam a potencialidade auto-organizadora dos trabalhadores. Processo semelhante, ou seja, de levar a comunidade educacional a se auto-organizar também ocorreu na UEG. Mas aqui se deve à necessidade de debater os problemas da Universidade aliada à falta de uma instituição sindical forte e reconhecida pela comunidade acadêmica.

* Lucas Maia. Geógrafo. Professor do IFG/Campus Aparecida de Goiânia. Coordenador do NUPAC – Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural.

** Marcos Ataídes. Geógrafo. Professor da Universidade Estadual de Goiás e da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Para discutir estas duas experiências de auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás, dividimos o trabalho em três partes: *organizações burocráticas e não-burocráticas*, momento no qual debatemos teoricamente o que entendemos por organização burocrática (instituição) e auto-organização; *Instituição X auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás*, onde descrevemos e analisamos as experiências de luta dos trabalhadores da educação no município de Goiânia e da comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Goiás; e na última parte: *Algumas conclusões*, debatemos o alcance e limites políticos das lutas empreendidas em Goiás pelos trabalhadores da educação.

Organizações burocráticas e organizações não-burocráticas

É um imperativo humano estar organizado de uma ou outra maneira. Pelo fato de o ser humano ser “naturalmente” social, ou melhor, socializável, é imperativo que esta socialização se dê dentro de determinada lógica organizativa. Podemos analisar por um viés mais amplo, que incorpore a própria natureza antropogenética do processo organizativo. Para tanto, seria necessário cotejar vários tipos de sociedades, compreender suas formas, suas dinâmicas, os mecanismos pelos quais decidem, executam suas atividades etc. Não é este, absolutamente nosso objetivo aqui. Intencionamos coisa muito mais modesta. Para nós, a questão da organização é algo óbvio e não precisa ser discutida aqui. Tomamos aqui este dado como pressuposto de nossa análise. A humanidade para existir enquanto tal o faz sempre segundo determinadas relações sociais, criando e recriando lógicas organizativas.

A organização é, portanto, parte constituinte da própria humanidade. Mas a humanidade, diferentemente dos demais animais, constrói suas relações sociais, sendo, portanto, histórica e espacialmente determinadas. As sociedades mudam por que são os seres humanos que constroem sua história e ao fazerem a “inventam” de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas estabelecidas, de acordo com as relações sociais herdadas, com as formas culturais, religiosas etc. existentes. Logo, depreende-se que as relações sociais mudam sempre, por que são sempre reinventadas levando-se em conta o conjunto de processos que constituem as comunidades.

A concepção do desenvolvimento histórico partindo do materialismo histórico-dialético demonstra que os sucessivos modos de produção pelos quais passou a Europa: modo de produção primitivo, escravista, feudal e capitalista ilustra bem este processo de mudança constante no conjunto das relações sociais cuja determinação fundamental é o

modo de produção. Assim, à medida que vão mudando os modos como os homens produzem materialmente sua existência, o conjunto todo da sociedade vai sofrendo acomodações, alterações ou mesmo revoluções radicais.

Disto deriva que, para compreendermos as sociedades e suas organizações, temos que apreender o processo como historicamente determinado, portanto, historicamente mutante. Não existem formas sociais fixas dadas de uma vez por todas. São criadas, recriadas, construídas e reconstruídas ao longo da história ou, melhor dizendo, a história é a mudança permanente destas criações.

Um segundo dado a constatar para analisar as diversas formas de organização é compreendermos que elas variam conforme as sociedades e mesmo dentro de uma sociedade varia conforme o desenvolvimento desta sociedade. Interessa-nos aqui fundamentalmente as organizações criadas tendo como substrato o modo de produção capitalista. Melhor dizendo, em outras palavras, nos interessam as organizações que cria o modo de produção capitalista.

As sociedades sem classes, homogêneas, tanto as primitivas quanto as que ainda existem hoje às margens do capital produzem as formas de organizativas que são coerentes e adequadas àquele tipo específico de sociedade. A forma vai variar conforme varia a comunidade considerada. Portanto, a compreensão dos processos organizativos é algo bastante complexo e envolve um esforço de superação das disciplinaridades impostas pelo conhecimento científico. É necessário se apropriar dos conhecimentos da antropologia, etnologia, sociologia, ciência política etc. para se ter uma melhor apreensão do que significam as relações estabelecidas nas comunidades homogêneas (ou seja, sem classes) e as organizações que criam como formas de regular, reproduzir as relações de produção da vida material, simbólica etc. Este é, contudo, objeto de preocupação de outro trabalho.

Quando se estabelecem as sociedades de classe, transformando as sociedades homogêneas em complexas sociedades fundadas na divisão social do trabalho, também a natureza das formas organizativas adquire novos contornos. Basta ver, por exemplo, o desenvolvimento da instituição estatal, produto mais radical da divisão social do trabalho na qual os serviços de gestão, ou melhor, políticos, passam a ser atribuição de determinadas pessoas, ao passo que a outras cabe a função de produzir alimentos, a outros os bens comuns ao cotidiano, a outros a guerra passa a ser atribuição específica, a outros a produção de ideias (filósofos) etc.

À medida que vai se complexificando a divisão social do trabalho, também as formas de organização necessárias à reprodução destas relações vão se tornando cada vez mais diversa, mais complexa, mais autoritária. A sociedade capitalista leva tal divisão a níveis bastante elevados. O capitalismo conseguiu produzir uma divisão social do trabalho mais complexas da história da humanidade.

Cada modo de produção produziu uma instituição estatal que lhe era correspondente, adequada. Da mesma feita, também o conjunto de organizações em cada tipo específico de sociedade é variável historicamente: os liceus na antiguidade, as corporações de ofício em fins o feudalismo etc.. Com o modo de produção capitalista ocorre, também, algo semelhante. Sua instituição estatal e o conjunto de outras organizações que lhe constituem são adequadas à reprodução do conjunto das relações sociais estabelecidas.

Quando este modo de produção começa a se instaurar na Europa, já inicia seu processo de criação de organizações que lhe são adequadas: surge a manufatura em oposição às corporações de ofício; surge a grande indústria como aprofundamento e revolucionamento da manufatura. O Estado também vai a pouco e pouco sendo metamorfoseado de um Estado feudal para um Estado capitalista, sendo o exemplo clássico da burguesia subindo ao poder a Revolução Francesa na qual cabeças de nobres foram cortadas. O modo de produção capitalista exige um conjunto de instituições necessárias à sua regulação. O Estado é a principal delas.

Mas além do Estado, um conjunto de outras vão se desenvolvendo: universidades, bancos, sindicatos patronais, associações profissionais, sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, igrejas etc. A questão é que estas e outras organizações são, via de regra, fundadas numa divisão fundamental, que na verdade se encontra também na própria essência do modo de produção, ou seja, são organizações divididas entre dirigentes e dirigidos. Não nos importa aqui o tamanho da organização, se do tamanho de um Estado ou se do tamanho de uma minúscula associação profissional. Nesta escala de tamanho, só varia o poder, mas não a essência do fenômeno, que é o fato de serem fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. *A estas organizações, podemos muito bem qualificar de instituições, pois entram como parte instituinte de uma determinada sociedade.* O modo de produção capitalista, por ser um modo de produção fundado na divisão de classes, cria um conjunto de organizações/instituições que lhe são necessárias. O autoritarismo típico do modo de produção tende a se reproduzir nestas instituições. Não se trata, neste aspecto, de ser mero reflexo. É mais do que isto. Por serem

instituições que reproduzem o modo de produção, elas devem ser da mesma natureza deste modo de produção. Da mesma feita, por serem instituições, elas não são meros coadjuvantes no processo histórico. Muito do que se chamou de teoria “marxista”¹ no século 20 concebia as instituições como meros reflexos passivos do modo de produção. Pelo contrário, as instituições cumprem papel central na regulação do modo de produção, sendo, portanto, uma totalidade com este.

Podemos então discernir com clareza que o capital necessita de um conjunto de instituições tão autoritárias quanto são seus agentes para que possa ser reproduzido constantemente. As instituições são, portanto, essencialmente contrarrevolucionárias, essencialmente conservadoras, pois elas são uma totalidade com o modo de produção. Deste modo, o parlamento (como parte da institucionalidade estatal), o Estado em sua totalidade, as escolas, as universidades, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as ONG’s etc. são todas instituições, de uma ou outra maneira, vinculadas à institucionalidade capitalista.

Tal vinculação pode ser financeira, jurídica, política, cultural etc. O fato de estarem, de uma ou outra maneira, ligadas a esta institucionalidade cria nos indivíduos dentro destas instituições interesses e práticas que são, em sua maioria, acordes ao capital. Estas instituições, por serem burocráticas, e *definimos organizações burocráticas como sendo aquelas fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos*, criam em seu interior grupos diretores, burocratas, que desenvolvem interesses próprios, particulares².

Disto deriva que é do interesse destes burocratas expandir cada vez mais o número de instituições e cargos dentro das instituições. Ou seja, as organizações burocráticas, em uma palavra, as instituições têm um determinado ser de classe e este é, a burocracia. As organizações burocráticas são, portanto, instituições geridas pela classe burocrática e não se opõem ao modo de produção capitalista, pelo contrário, são parte instituinte deste, ou seja, são uma totalidade com o capital.

Mas e os sindicatos? E os partidos políticos de esquerda? Voltaremos a eles mais à frente. Uma palavra, contudo, para adiantar o problema: o fato de se autointitularem sindicatos de trabalhadores, partidos operários, partidos socialistas, comunistas etc. não anula o fato de serem organizações burocráticas, ou seja, instituições.

¹ Faz-se referência aqui às ideologias leninista e socialdemocrata, que consistiram, em verdade, em deformar o pensamento marxista adequando o discurso revolucionário do materialismo histórico-dialético às necessidades de classe típicas da burocracia enquanto classe social. Para uma crítica sistematizada destas ideologias, consulte-se: Korsch (1977; 2004), Pannekoek (1973; 1977), Viana (2007) entre outros.

² Para uma discussão aprofundada sobre a classe social burocrática Cf. (MAIA, 2012), (VIANA, 2012).

Da reflexão que fizemos até agora, resulta um problema grave para as tendências revolucionárias: se as instituições são adequadas ao capital, se aquilo que acreditávamos ser organizações típicas dos trabalhadores também são instituições, a transformação revolucionária da sociedade está efetivamente liquidada. Será mesmo assim?

Como dissemos, é intrínseco à humanidade a socialização. Esta se dá, conforme as sociedades dentro de diferentes formas organizativas. Com o estabelecimento das sociedades de classe, estas organizações se transformam em instituições, pois são fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. Na sociedade capitalista, a divisão social do trabalho cria um número incontável de instituições, portanto, amplia a níveis nunca antes observados a classe social burocrática, ou seja, aquela que faz gestão de instituições.

Diante disto, o que resta? Resta somente o elemento definidor de tudo isto, ou seja, a luta de classes, a oposição de interesses inconciliáveis entre exploradores e explorados, entre dominadores e dominados. É a partir daí que podemos compreender o desenvolvimento de outras formas organizativas, dentro da sociedade capitalista, mas contra esta sociedade.

Os sindicatos surgem no século 19 como verdadeiros instrumentos de luta das classes trabalhadoras contra os excessos do capital, mas com o desenrolar do processo histórico, notadamente no século 20, estas organizações de trabalhadores são incorporadas, via leis de greve, legislação trabalhista etc. à institucionalidade capitalista, perdendo assim todo seu potencial revolucionário. Os sindicatos ficam cada vez maiores, mais poderosos, administram milionários recursos, gráficas, jornais etc., tornando-se instituições típicas do capitalismo. Falam em nome dos trabalhadores, mas representam efetivamente os interesses de outra classe, a burocracia sindical, que, quanto maior e mais poderosa, mais conservadora e reacionária. Os sindicatos são a explicitação clara da divisão entre dirigentes e dirigidos no seio do próprio movimento dos trabalhadores.

Algo semelhante se passa com os partidos políticos. São instituições, que, independentemente do seu tamanho, visam a conquista do poder estatal, seja via eleições (socialdemocracia), seja via golpe de Estado (bolchevismo)³. A mesma cisão entre dirigentes e dirigidos aparece nos partidos políticos. *Internamente* esta cisão aparece na relação da direção partidária com os demais membros do partido. Assim, quanto maior o partido em questão, maior esta cisão entre direção partidária e membros efetivos do partido. *Externamente*, ou seja, na relação do partido com o conjunto da sociedade, esta

³ Para uma discussão que aprofunde tais questões, quais sejam: o que é partido político, sua relação com o Estado, os tipos de partidos (socialdemocratas, bolcheviques, burgueses, pequenos) etc. cf. Viana (2003).

divisão é ainda mais explícita, principalmente quando os membros do partido assumem cargos no parlamento. Ali sua autonomia e independência em relação ao conjunto da população (sendo seus eleitores ou não) apresenta-se de modo cristalino. O parlamentar segue, via de regra, as determinações partidárias e estas determinações não são a da “sociedade” como um todo, mas sim, as do partido. Em uma palavra, a divisão entre dirigentes e dirigidos toma sua forma mais escandalosa.

Ou seja, os partidos políticos de “esquerda” e os sindicatos de trabalhadores não são mais hoje organizações que efetivamente estão a serviço da transformação revolucionária da sociedade. São, isto sim, instituições típicas da sociedade capitalista e é por isto que conseguem se reproduzir com mais ou menos dificuldades no interior desta sociedade, sobretudo nos regimes democráticos.

Entendido que a sociedade moderna é uma sociedade de classes, fundada na oposição de interesses e na luta entre as classes, não é possível às classes trabalhadoras, sobretudo o proletariado, se utilizar das instituições do capitalismo para se libertarem. Equivaleria a dizer que para nos tornamos livres, devemos construir mais prisões. Como disse Marx nos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores: “A emancipação da classe trabalhadora, deve ser obra da própria classe trabalhadora”. Ou seja, não será a burguesia que libertará seus trabalhadores, não serão os burocratas, os filantropos intelectuais etc. que o farão, mas sim, as próprias classes trabalhadoras, sobretudo, o proletariado.

Mas os trabalhadores só farão isto por meio de determinadas organizações que sejam acordes ao seu ser. As instituições são formas de organização adequadas ao capital. Ao proletariado, o que cabe criar? Não precisamos fazer exercícios intelectuais profundos e misteriosos para discutir que tipo de organização é adequada ao proletariado. Ele mesmo já o fez em vários momentos da história da sociedade moderna, cabe a nós simplesmente descrever um pouco deste processo para apreendermos a natureza destas organizações.

O proletariado inventou a greve, a sabotagem, a operação tartaruga, o protesto, as associações operárias, os fundos de greve, o piquete, a marcha, a ocupação de fábrica, a associação de moradores nos bairros, os sindicatos, os conselhos operários... Tudo isto são mecanismos de ação que a classe operária fez ao longo de sua história de luta. Ou seja, não é necessário ser brilhante inventor social para dizer o que a classe operária deve fazer em suas lutas, ela própria nos ensina a todo momento o que deve ser feito e ela mesma o faz.

As organizações dos trabalhadores são aquelas que surgem no calor das lutas dos trabalhadores. Seus sindicatos burocráticos não mais se dispõem à luta encarniçada que é necessária, pois temem perder os poucos privilégios que tem (poder político, salários em geral mais alto que o dos trabalhadores, não precisar trabalhar, tráfico de influências etc.). Diante disto, os trabalhadores criam suas próprias organizações: comandos de greve, piquetes, assembleias de fábrica, de oficina, de sessão, de bairro etc. até chegar a formas mais complexas como os Conselhos Operários (PANNEKOEK, 1977), que são já formas bastante desenvolvidas das lutas operárias, nas quais os trabalhadores já superaram sua inércia e a competição entre si impostas a eles pelo capital. Já compreenderam que suas burocracias sindicais são renitentes e muitas vezes contra suas greves e suas ações. Já compreenderam que os patrões e o Estado estão do lado oposto. Nestas circunstâncias, quando bate à porta da história um processo revolucionário, tais organizações são a maneira segundo a qual os trabalhadores encaminham suas lutas, discussões, ações etc.

Ou seja, em uma palavra, as organizações não-burocráticas surgem da luta radicalizada dos trabalhadores contra o patrão, o Estado e os sindicatos e partidos políticos de “esquerda”. São organizações autônomas e independentes. Uma característica destas organizações, que surge como um imperativo da luta é o *coletivismo*, daí as assembleias adquirirem importância fundamental. Um outro aspecto que é ressaltado nestas circunstâncias é o *igualitarismo*, sendo as organizações criadas algo contrário às instituições. Não há, portanto, a divisão entre dirigentes e dirigidos no interior destas organizações. São, deste modo, organizações *horizontais*, ou seja, não-hierarquizadas.

Sobre isto, citamos um texto de Anton Pannekoek que é expressivo destas organizações, pois ele, referindo-se aos Conselhos Operários, as define como sendo um princípio geral e não uma forma pronta e acabada. Para ele, os conselhos operários:

Não designa uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez por todas, a qual só faltaria aperfeiçoar os detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das empresas e da produção. A realização deste princípio não passa, absolutamente, por uma discussão teórica referente aos seus melhores modos de execução. É uma questão de luta prática contra o aparato de dominação capitalista. Em nossos dias, por conselhos operários não se entende a associação fraternal que tem um fim em si mesma; conselhos operários quer dizer luta de classes (na qual a fraternidade tem seu lugar), ação revolucionária contra o poder do Estado (PANNEKOEK apud BRICIANER, 1975, p. 310) (grifos nossos).

Ou seja, não se trata aqui de descrever em detalhes a forma desta organização, que em essência, pode assumir os mais diferentes tipos, dependendo da circunstância, contexto histórico etc. O fundamental aqui é compreender que os trabalhadores ao criarem

suas próprias organizações estão fazendo nada mais, nada menos que a autogestão de suas próprias lutas, condição indispensável para a autogestão da sociedade surgida dos escombros do capitalismo. *Ou seja, organizações não-burocráticas são aquelas acordes aos interesses de classe do proletariado, qual seja, abolição das classes e interesses de classe e instauração da autogestão generalizada.*

Instituição versus auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás

É dentro deste quadro que intencionamos compreender as lutas recentes que vem se desenvolvendo no campo educacional em Goiás. Analisaremos como algumas instituições, diretamente ligadas às políticas educacionais se relacionam em Goiás e como isto permitiu a emergência de determinados conflitos de natureza bastante radicalizada entre os trabalhadores da categoria e as instituições que dizem representá-los. Antes de mais nada, cabe ressaltar que nossa análise não busca nenhum pouco de neutralidade, pelo contrário, nos colocamos no campo político das lutas que se encaminham para a transformação social. Por isto, nos colocamos no campo oposto ao das instituições.

As instituições são, como vimos, organizações burocráticas. O fato de serem fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos torna-as essencialmente conflitantes. Os tipos de contradições que pululam a todo momento nestas instituições variam com as próprias instituições. Uma coisa é a luta dentro de uma fábrica, outra dentro de um banco, outra em grandes lojas comerciais, outra ainda diferente é aquela que se opera dentro das instituições estatais. No caso do Brasil, por exemplo, a luta dos trabalhadores dos correios, das estatais de saneamento básico, da polícia militar, do corpo de bombeiros etc. Da mesma forma, a luta travada pelos trabalhadores da educação comporta também suas particularidades, embora haja semelhanças com o conjunto das lutas dos outros trabalhadores.

Ou seja, toda instituição no capitalismo deve estar atenta ou habilitada a administrar os conflitos que lhes são inerentes. São contradições ontológicas justamente por que tais instituições são basiladas nas relações de oposição de interesses. Como foi demonstrado por Maia (2012), a instituição escolar é fracionada em várias classes e frações de classe. Dormitam, ou melhor, conflitam no interior da escola a classe intelectual representada pelo corpo docente, a burocracia escolar, representada nas pessoas dos diretores, coordenadores, reitores etc., as classes subalternas das formas de regularização, exemplificadas nos trabalhadores dos serviços gerais e trabalhadores administrativos. Os estudantes são um grupo permanente na escola, mas não são uma

classe propriamente dita. Assim, estas classes, por materializarem interesses diferentes e muitas vezes opostos necessariamente conflitam.

Tal conflito, ou seja, luta de classes é verificável em qualquer instituição escolar. Basta ter-se um pouco de sensibilidade e observação crítica do real para perceber tais contradições virem à luz do dia no cotidiano da escola. Estes conflitos, como de praxe em qualquer instituição desta sociedade, acompanham ou seguem a própria dinâmica da luta de classes. Se nos recordamos das contribuições de Jensen (2001) discutindo a luta operária, verificamos algo semelhante sendo operado nas instituições escolares. Segundo Jensen (2001), a luta operária segue, via de regra, as seguintes etapas em seu desenvolvimento. O primeiro estágio da luta operária é aquele presente no conflito individual do operário com seu superior, no absenteísmo, na fuga do trabalho etc. Este primeiro estágio é denominado por ele de “lutas espontâneas”. O segundo estágio, denominado de “lutas autônomas”, é aquele verificável no momento em que os trabalhadores já atropelaram suas burocracias sindicais e partidárias, já conseguem se auto-organizar autonomamente, independentemente de outras classes (burocracia) e notadamente contra estas. O terceiro estágio é o denominado por ele de “lutas autogestionárias” e consiste num avanço das lutas autônomas. A grande diferença é que as duas primeiras são lutas que ainda ficam no nível das reivindicações típicas desta sociedade, não aspirando, portanto, a superação das relações que as geram. Pelo contrário, as lutas autogestionárias são aquelas nas quais a classe operária já aponta no horizonte como classe auto-organizada e consciente com vistas à constituição de novas relações sociais.

Estes estágios, guardadas as diferenças entre a luta operária e a luta dos trabalhadores da educação, são verificáveis também em Goiás, excetuando, naturalmente, o último estágio que nunca se apresentou como realidade palpável no Brasil, quiçá em Goiás.

As lutas espontâneas são facilmente perceptíveis na esfera educacional. Desde os desentendimentos cotidianos entre professores e burocratas escolares, até o alto índice de absenteísmo (justificado com atestado médico ou não) são exemplos de que os trabalhadores da educação negam seu trabalho alienado na escola. As altas taxas de abandono dos postos de trabalho, sobretudo na educação básica e estatal são alarmantes e demonstram que existe uma negação real, prática, embora não seja traduzida em discurso, muito menos em ação política coletiva e organizada. Estas manifestações de

descontentamento generalizado com a profissão são a ponta de um problema profundo de precarização do trabalho docente.

Via de regra, as instituições burocráticas que dizem representar os interesses dos trabalhadores da educação, ou seja, os sindicatos, aparecem tentando estabelecer a justa medida entre os interesses dos burocratas estatais (prefeituras, estados e federação)⁴. Os sindicatos são os verdadeiros interlocutores institucionalmente e moralmente reconhecidos como únicos capazes de estabelecer o diálogo entre os trabalhadores da educação e o Estado.

Historicamente, desde que os sindicatos se institucionalizaram, é assim que vem sendo encaminhadas as lutas dos trabalhadores: os sindicatos convocam assembleias, estabelecem as pautas, manipulam as falas, determinam, em grande medida, as decisões e eles próprios, como verdadeiros “representantes” executam as ações deliberadas. O conjunto da categoria aparece nas assembleias como meros levantadores de braços na hora das votações. Findando a assembleia, os representantes vão dialogar com os escalões do governo responsáveis com a esfera educacional. Esta prática, muito comum em todo grande sindicato, é verificável também em Goiás, sobretudo na educação básica (estadual e municipal). É contra esta prática que emergiu um tipo de luta autônoma entre os trabalhadores da educação municipal de Goiânia: os trabalhadores da prefeitura de Goiânia contra o SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Goiás.

Contudo, também outro tipo de situação permitiu a emergência de luta autônoma em Goiás, agora no ensino superior. Trata-se das lutas travadas pelos professores, estudantes e técnico-administrativos da UEG - Universidade Estadual de Goiás em busca de melhores condições de ensino e trabalho dentro da instituição. Contrariamente aos trabalhadores da prefeitura de Goiânia que criaram suas formas autônomas de organização para se contraporem ao SINTEGO, no caso da UEG, tiveram que se auto-organizar por que não tinham nenhum sindicato que os representassem.

Fórum de Defesa da UEG e Mobiliza UEG: auto-organização no vácuo institucional

O Fórum de Defesa da UEG, doravante chamado somente Fórum, surgiu a partir das discussões derivadas do primeiro concurso para UEG. Foi fundado por alguns professores em reunião no ano de 2005. Tinha como uma de suas deliberações organizar debates a respeito da situação da UEG. Não era possível ficar parado frente à situação

⁴ Ateremo-nos aqui somente à esfera educacional estatal, pois no ambiente privado são bastante limitadas as experiências de lutas dos trabalhadores da educação e, além do mais, as experiências que nos interessam neste trabalho são ambas estatais: uma municipal e outra estadual.

caótica na qual se encontrava a Universidade. Nesse momento, ficou evidente que era necessário o apoio de toda comunidade universitária, sendo assim foi aberto a participação de estudantes e técnico-administrativos que desejassem entrar na organização que estava surgindo. Em 2005, em um congresso da Associação dos Docentes da UEG - ADUEG na cidade de Goiás, o qual contava com a presença do então reitor José Izeccias. Nesta ocasião, o reitor foi constantemente bombardeado devido suas posturas e a situação precária em que a universidade se encontrava. A universidade estava em pleno processo de expansão no que diz respeito à criação de cursos e novas unidades no interior do estado, o que demonstrava que o reitor, bem como o governo do estado não tinham nenhum compromisso com a universidade.

Nesse congresso, ficaram evidenciadas duas posições distintas: os diretores da ADUEG assumiram a postura de defender a efetivação dos quadros temporários sem concurso público. A outra postura defendia que se adotasse a prerrogativa constitucional de que o ingresso na UEG deveria se dar mediante concurso público. Instaurou-se aí as duas posições que iriam se chocar constantemente em todos os movimentos da UEG. Nesse mesmo ano, alguns integrantes do Fórum resolveram disputar a eleição para diretor da ADUEG. Essa decisão ocorreu por que a então diretoria da ADUEG tinha se pronunciado que não iria concorrer. Por entendimento do Fórum, as pessoas iriam concorrer com uma chapa sem que esta estivesse diretamente vinculada ao Fórum. Esta chapa teria integrantes do Fórum, mas o mesmo, devido suas características, não faria documento de apoio aos membros que se dispuseram a concorrer. No entanto, no dia de protocolar a chapa, os antigos diretores da ADUEG também resolveram concorrer, montando como plataforma a promessa de lutar pela efetivação dos temporários sem concurso público.

A polarização estava demarcada, a chapa de oposição foi a várias cidades do interior (Porangatu, Morrinhos, Iporá, Minaçu entre outras), divulgando suas propostas e colocando a luta por concurso público como uma de suas principais metas. Em várias unidades, a recepção foi tranquila, em outras, porém, o que ficava evidente é que a efetivação sem concurso era a principal reivindicação dos temporários, então maioria dos trabalhadores da Universidade.

O processo eleitoral foi bastante problemático. A chapa de oposição foi derrotada. No dia da votação, por exemplo, a urna que deveria ir para Unidade de Ciências Humanas e Econômicas - UnUCSHE, na cidade de Anápolis, na qual os opositores tinham mais de 40 professores filiados à ADUEG, não chegou no horário, e o pior, a diretoria da

ADUEG mandou a urna para a Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas - UnUCET, onde só existia um filiado. O resultado da eleição foi a vitória da diretoria da ADUEG. Frente a esse fato, os então membros do Fórum tomaram a decisão de continuar as ações e discussões sobre a Universidade e a luta pelo concurso público às expensas da ADUEG.

Em 2006, o então reitor José Izecias pediu exoneração de seu cargo para disputar as eleições para deputado federal. Perdida a eleição, o mesmo tenta voltar ao cargo de reitor. Nesse momento, alguns professores da UnUCET que estavam preocupados com o retorno do ex-reitor, pretendente a novo reitor, resolveram procurar os professores ligados ao Fórum para ver qual seria a posição frente a esse fato. Em uma assembleia na UnUCET do Fórum de Defesa da UEG, com alunos, professores e técnico-administrativos das duas unidades de Anápolis e mais representantes da Escola de Educação Física e Fisioterapia de Goiás - ESEFFEGO, demarcando o caráter assembleísta e igualitário no que tange à participação das categorias na luta, deliberou por maioria a proposta feita na assembleia de ocupação da reitoria até que o ex-reitor José Izecias saísse e o vice-reitor, na época Luiz Arantes, assumisse.

Essa ocupação ocorreu com barracas e interdição completa dos setores administrativos da reitoria. Uma das táticas do Fórum consistiu em visitar as unidades do interior para informar o que estava acontecendo. Várias foram as tentativas durante a ocupação por parte de alguns pró-reitores que ameaçaram os ocupantes além de funcionários ligados ao antigo reitor que tentaram pela força desocupar o espaço. No entanto, foram rechaçados. Os membros da ADUEG distribuíam panfletos alegando que o Fórum estava agindo de forma ilegal, fazendo campanhas difamadoras contra as pessoas que apoiavam a luta com panfletos fazendo ataques pessoais etc.

Depois de mais de 25 dias de ocupação, o movimento havia usado a tática de ocupar sem greve, chegou o documento do governo empossando o vice-reitor, no qual foi feita uma assembleia na qual Luiz Arantes assumiria por escrito e oralmente os compromissos do Fórum de Defesa da UEG, como concurso para todos os segmentos, além de políticas estudantis efetivas.

Em 2007, com as constantes pressões organizadas pelo Fórum de Defesa da UEG e a situação de falta de professores nas unidades, em assembleia na ESEFFEGO, ficou deliberado pela Greve. A estratégia da Greve foi montar um acampamento na Praça Cívica (praça que sedia o poder executivo do Estado de Goiás, bem como a casa do governador em exercício), porém, a polícia proibiu, surgindo assim a ideia de ocupar o Coreto (construção histórica da cidade de Goiânia ao lado da Praça Cívica) e onde, enfim,

foi montado o acampamento. Essa greve teve 14 pontos de pauta, inclusive a meia passagem intermunicipal para os estudantes da UEG, que, grande parte mora em Goiânia e estuda em Anápolis. O mesmo vale para várias unidades do interior, que atendem regiões inteiras do estado de Goiás, exigindo o deslocamento intermunicipal de estudantes⁵. Após 30 dias de greve, encerrando-se esta no dia 25 de abril de 2007, a qual contou com a participação de 10 unidades, foi conquistado o concurso público para 475 vagas para professores (sendo que foi o movimento que colocou esse número de vagas como condição, visto que o governo oferecia apenas 250).

O final dessa greve demarcou claramente o início do fim do Fórum de Defesa da UEG, pois foram constantes os ataques contra a forma de organização igualitária desse movimento no qual os três setores estavam representados (estudantes, técnicos e professores). Para muitos professores, a greve majoritariamente de alunos estava tornando os professores reféns. Outro fato que merece destaque é que as comissões de negociação se reuniam antes e depois dos encontros com o governo, o que permitiu que várias promessas vazias fossem quebradas nas análises. Por exemplo, em uma reunião, o governo anunciava 16 milhões para UEG, sendo 5 milhões para reformas da ESEFFEGO (dinheiro que naturalmente nunca foi repassado, reforma que, obviamente não foi feita).

Em uma assembleia na Praça Cívica, a corrente de professores que estava na greve, mas que não compactuava com as concepções do Fórum, após o anúncio oficial que o governo faria o concurso com 475 vagas, resolveu fragmentar o movimento criando duas assembleias ao mesmo tempo. Levou as tensões existentes e as desconfianças que aumentavam por parte dos discentes frente à ruptura, embora muitos dos que acreditavam na perspectiva defendida pelo Fórum ficaram isolados nessa disputa. Isto causou um mal estar imenso, mas produziu lições que devem sempre ser lembradas para nortear as ações futuras e não mais cair em tais armadilhas.

Parte dos professores saiu da greve antes de qualquer decisão coletiva aprovasse o seu fim, embora alguns continuassem a luta por mais uma semana, quando os estudantes resolveram encerrar a greve. Na trajetória dessa greve ficou evidente que estar em um movimento não significa aceitá-lo com seus princípios e práticas. Por outro lado, o movimento mostrou que foi possível auto-organizar o seu financiamento com recursos próprios (os pedágios, doações feitas por seus membros, a venda de camisetas etc.). No entanto, é necessário lembrar que alguns eventos organizados pelo Fórum foram em parte

⁵ Lembrando que a meia passagem estudantil só é válida na Região Metropolitana de Goiânia.

financiados pelo sindicato ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, que ajudou com carro de som, por exemplo. Contudo, o grosso do financiamento do movimento foi totalmente independente sem a participação diretiva de nenhum sindicato ou partido político. *O término da greve mostrou claramente que os professores em sua maioria se sentiam incomodados com a presença de estudantes, mostrando claramente suas posturas conservadoras e academicistas.*

No ano de 2008, o Fórum que sempre teve em sua base a ideia e prática de estar em movimento, sofreu um refluxo decorrente do final da greve. Com o processo eleitoral para escolha do novo reitor, vários professores, alunos e técnicos resolveram apoiar a candidatura do Professor Olacir, membro do Fórum. Por decisão coletiva do Fórum, não se enviou qualquer documento em relação a essa candidatura, seja de apoio ou de contestação, pois pretendia-se com isto manter o movimento independente. Vários professores, alunos e técnicos que estavam cadastrados na lista de e-mails do Fórum, resolveram assumir a campanha “UEG levada a sério”, como *slogan* de campanha de oposição à reeleição de Luiz Arantes. Nesse período, para não contradizer a postura da decisão do Fórum, todos os e-mails foram migrados para outra lista, denominada “UEG levado a sério”, que teria uma característica provisória, sendo finalizada com o fim da campanha. Apesar do empenho da comunidade acadêmica, a vitória foi do reitor Luiz Arantes que continuou com suas políticas problemáticas em relação à universidade. No entanto, durante esse tempo, vários participantes do fórum denunciaram as irregularidades para o Ministério Público de Goiás.

Em 2009, novamente o *Fórum retoma sua principal característica, a ação direta*, e inicia uma série de atos de protestos, como a “comemoração” do aniversário da UEG, por exemplo, na qual a solenidade foi satirizada com a distribuição de marmelada e goiabada. Nos anos anteriores, a mesma estratégia tinha sido utilizada, mas com pizza e pamonhas, além do bolo, em frente ao Palácio Pedro Ludovico, sede o Governo Estadual. Como o governo não se manifestava em relação ao concurso, foi feito em outubro/novembro uma marcha de Anápolis até Goiânia em dois dias (mais de 60 km), essa marcha reuniu na entrada de Goiânia mais de 500 pessoas.

Durante o trajeto, os membros do Diretório Central dos Estudantes – DCE⁶ da UEG, ligados a Luiz Arantes, tentaram tirar proveito do movimento, provocando um tumulto, depois usaram esse tumulto para processar dois professores e dois estudantes.

⁶ Esta organização sempre esteve ligada à reitoria, sendo uma instituição que se comportava como uma apaziguadora de conflitos junto à comunidade discente.

Depois de certos trâmites jurídicos, os mesmo desistiram do processo, já que não tinham provas. No entanto, nesse período, esses foram responsáveis por calúnias constantes contra os membros do Fórum.

No dia em que se iniciou a Marcha, realizou-se uma assembleia na Praça Cívica, em Goiânia, na qual a presença massiva da ESEFFEGO, que vinha com uma série de mobilizações em Goiânia para denunciar a situação dessa unidade, decretou greve. Essa proposta foi levada para as outras unidades, no entanto, somente a unidade de Iporá, por razões internas, aderiu à greve por vinte dias (sendo que essa durou trinta dias), o restante das unidades não aderiram ao movimento em suas assembleias locais. Esse momento mostrou claramente que a vontade de uma unidade não é suficiente para desencadear uma greve, mas sim as mobilizações e assembleias constantes para unificar as demais unidades.

Em 2010, finalmente ocorreu o concurso para as 475 vagas sendo chamados no ano de 2011, ou seja, somente após três anos da greve e de uma marcha, é que se realizou o concurso. O final do ano de 2010 também foi marcado pela tentativa do então governo do estado, Alcides Rodrigues, em acabar com o plano de cargos e salários dos professores. Mais uma vez, professores e técnicos se juntaram para tentar impedir esse golpe. Fato esse que permitiu a continuidade do plano de cargos e salários e a aprovação do plano de carreira para os técnicos, lembrando que tivemos um reajuste de 20% em 3 anos.

Nos anos de 2011/2012, o governo Marconi Perillo resolveu intervir novamente na UEG, criando o cargo de vice-reitora e colocando a professora Eliana França no cargo. Uma parte ligada ao Fórum achou que era o caminho a ser seguido, aceitando de imediato essa medida, porém, outra parte denunciou aquele fato como mais uma manobra do governo Marconi Perillo para continuar dando as cartas (já que o reitor continuava no cargo). Depois veio o estatuto elaborado pelo governador e imposto de cima para baixo à comunidade uegeana. Mais uma vez a divisão, uma parte aplaudindo e a outra questionando a reformulação sem consultar a comunidade, inclusive colocando a questão da lista tríplice para eleição de reitor (sendo que a última palavra é do governador na escolha do reitor).

Nesse momento, as forças que tinham criado o Fórum estavam desgastadas por causa das posturas de seguimentos do movimento em apoiar o governo sem nenhuma forma de questionamento. Mesmo assim, ainda participou de ações junto aos professores

do cadastro de reserva⁷, fato esse que permitiu que os mesmos fossem chamados. No decorrer do mesmo ano, o governador resolve nomear outro reitor/interventor, fazendo assim que esse fosse o candidato do governo. Novamente surgem divergências, já que uma parte dos professores o defendia pelo fato de ser pós-doutor e efetivo. Apresentava-se como solução para UEG. Com uma eleição cheia de problemas (eleição feita em um único dia, a qual teve 90% dos votos válidos, sendo que, na verdade, se se contabilizasse os não votantes, totalizaria a quantidade de votos o número de não mais que 40% de votos válidos). O movimento iniciado com o Fórum havia totalmente se desgastado. Extingue-se assim, esta experiência organizativa.

Em fevereiro de 2013, mais precisamente no dia 20 de Fevereiro, em reunião com mais de vinte unidades representadas, reunião esta motivada pela preocupação de alguns professores com o plano de cargos e salários, iniciou-se um novo processo de mobilização, no qual, nos primeiros encontros, foi deixado claro que era uma mobilização de professores e que se os estudantes entrassem teriam o mesmo direito tal como na época do Fórum. Nessas assembleias e reuniões, a maioria se pronunciou favorável à entrada dos alunos, os que eram contrários ficaram em silêncio. Surge assim o Movimento Mobiliza UEG. O Mobiliza surge com a mesma proposta de organização e atuação do Fórum. No ato de interdição da reitoria no dia 27 de Fevereiro, alguns membros do Mobiliza foram conversar com professores da UnUCET e com os estudantes sobre as propostas do movimento. Na assembleia, de 7 de março na ESEFFEGO, foi tirada a pauta unificada e a entrada dos alunos. No dia 16 de abril foi feito o ato a “UEG não é circo”, o qual reuniu aproximadamente 400 pessoas que fizeram uma passeata da ESEFFEGO até a sede do governo na qual foi entregue após esse ato um documento para o governo, o secretário do Governador assinou o recebido, no entanto deixando claro que a situação da UEG já estava se resolvendo e que as reivindicações já tinham, inclusive, um cronograma de execução em todas as unidades da UEG. No entanto, o governo não fez pronunciamento algum. No dia 25 de Abril de 2013 em uma assembleia histórica da UEG, com mais de 1000 pessoas foi deflagrada uma nova greve, depois que as unidades mostraram o resultado de suas assembleias locais, lembrando que a maioria das unidades presentes votou a favor da greve.

⁷ Professores que foram classificados no concurso, mas não tinham ainda sido chamados. Os professores deste quadro de reservas organizaram algumas manifestações e atividades para pressionar o governo a chamá-los. O Fórum de Defesa da UEG participou de algumas de suas ações.

Esta greve se arrastou por mais de noventa dias, demonstrando mais uma vez a capacidade de auto-organização dos trabalhadores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás, visto que foi uma greve construída e mantida sem a presença de qualquer instituição burocrática que a dirigisse. A greve teve algumas vitórias, mas também derrotas. O que nos interessa aqui é o fato de a comunidade acadêmica, após extinguir uma organização que atuou na Universidade por mais de cinco anos, recriou outra com características semelhantes, mas agora mais coesa, mais interiorizada, com participação mais significativa das Unidades acadêmicas do interior do Estado. Do Fórum de Defesa da UEG ao Movimento Mobiliza UEG, os trabalhadores e estudantes desta universidade demonstraram impressionante capacidade de organização, atuação, reivindicação e mobilização sem estarem subvencionados por qualquer instituição sindical.

Comando de Luta: auto-organização contra instituição sindical

Enquanto o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG surgiram como forma de auto-organização em grande parte decorrência da inexistência de um verdadeiro sindicato que representasse efetivamente os interesses da categoria, o Comando de Luta surge a partir de outra realidade. O vácuo institucional-organizativo da UEG, ou seja, a inexistência de um sindicato forte, consolidado e reconhecido pelo conjunto da categoria como legítimo, criou o Fórum e em seguida o Mobiliza. O oposto, ou seja, a existência de um sindicato poderoso, que administra recursos milionários, que tem milhares de filiados, que é tradicionalmente reconhecido como legítima instituição de luta dos trabalhadores da Educação, tanto do Estado de Goiás, quanto dos municípios produziu o Comando de Luta. Ao invés do vácuo institucional existente na UEG, o que se tinha no município de Goiânia era a existência de um poderoso sindicato, o SINTEGO.

Por que, afinal, surge uma experiência de auto-organização no município de Goiânia, se os trabalhadores da educação já tem uma instituição tão grande e consolidada? A resposta é justamente esta, o SINTEGO é uma instituição e como tal é parte instituinte da normalidade burocrática típica das instituições educacionais públicas. O SINTEGO, instituição que pretensamente representa os interesses dos trabalhadores da educação em Goiás, em verdade, é uma instituição dirigida pelo Partido dos Trabalhadores há várias décadas. Constituiu ao longo dos anos um certo patrimônio, administra vultosos recursos e entre um de seus ilustres ex-diretores está, por exemplo, Delúbio Soares⁸.

⁸ Ex-tesoureiro do PT, conhecido nacionalmente devido ao chamado escândalo do “mensalão”, caso de corrupção em que os altos escalões do Partido dos Trabalhadores estavam envolvidos.

Este sindicato, embora poderoso, vem ao longo dos anos enfrentando sucessivos desgastes junto aos trabalhadores da educação. As práticas efetivadas pelo SINTEGO, seja de negociatas, seja manipulação de assembleias etc. produziu no conjunto dos trabalhadores tanto da esfera estadual, quanto municipal uma grande desconfiança com relação a esta instituição. Em todo movimento grevista que se verifica no município de Goiânia, há vários anos, sempre surge um instrumento organizativo que atua paralelamente ao SINTEGO. Esta organização, que à medida que explode a greve se estabelece, surge como alternativa dos trabalhadores para enfrentar SINTEGO com vistas e evitar as manipulações que este sempre efetiva durante os movimentos grevistas.

Esta organização, o comando de greve, exerceu sempre quando se formou, o papel de encaminhar inúmeros processos da greve, desde panfletos, colocação de pauta frente às pautas indicadas pelo SINTEGO etc. Contudo, ao findar a greve, findava-se também o comando de greve. O comando de greve, desta forma, como alternativa exclusiva de organização dos trabalhadores da educação tinha sempre um caráter efêmero, embora sempre houvesse uma preocupação dos vários trabalhadores da educação em tentar manter a organização para além do movimento grevista.

O ano de 2010 é emblemático neste processo. A greve foi arrancada ao SINTEGO, que não a queria, pelos trabalhadores em 20 de maio de 2010. Após várias assembleias convocadas pelo sindicato, o qual tentava manipular a assembleia para que não se tirasse indicativo de greve, nem muito menos se colocasse em votação a entrada ou não na greve, os trabalhadores, com todas as dificuldades de acesso ao carro de som, visto o sindicato dificultar isto ao máximo, conseguiram que se colocasse em votação e a greve foi deflagrada. A deflagração da greve, como de praxe, coloca em movimento parte dos trabalhadores e estes se organizam novamente por meio do Comando de Greve⁹. É nítida a separação entre o conjunto da categoria, com seus interesses e angústias, e a burocracia sindical que diz representá-la. Da mesma forma, também é nítida a diferença entre a organização que os trabalhadores criam para encaminhar sua greve contra seu sindicato que, em tese, deveria ser o principal condutor do processo grevista. Em uma palavra, o Comando de Greve surge em oposição ao sindicato, ao SINTEGO. Ou seja, trata-se de uma forma de auto-organização em oposição a uma instituição estabelecida.

Enquanto o sindicato tenta por todas as vias institucionais possíveis enfraquecer o movimento grevista, como, por exemplo, fez o SINTEGO ao ir a várias escolas

⁹ Para uma discussão acerca do caráter político e do significado desta organização, ou seja, o Comando de Greve, para os trabalhadores em luta, cf. (MAIA, 2011).

desmobilizando os trabalhadores para não irem à assembleia de deflagração da greve, os trabalhadores organizados através do Comando de Greve encaminham várias ações tentando, pelo contrário, fortalecer o movimento grevista. A oposição, portanto, se estabelece de imediato. De um lado, a instituição sindical; de outro, a organização dos trabalhadores, o Comando de Greve.

As sucessivas traições do SINTEGO colocaram aos trabalhadores a necessidade de criarem uma organização que efetivamente fosse sua e esta foi o Comando de Greve. O decorrer da greve de 2010 aclarou para todos os participantes e observadores do processo a visível contradição entre o que a categoria queria e o que o SINTEGO queria. A nítida oposição se manifestou nas práticas de cada um. Enquanto o SINTEGO se restringia a convocar sucessivas assembleias com o fim de liquidar a greve, o Comando de Greve realizava inúmeras atividades com o fim de fortalecer, divulgar e organizar o movimento grevista.

No Jornal do Comando, publicado em fevereiro de 2011, está presente uma boa descrição das atividades realizadas pela categoria através de seu organismo organizativo. Da deflagração da greve em 20 de maio de 2010 até o seu término em 29 de agosto, o comando de greve realizou um conjunto de atos que de fato abalaram a estrutura do SINTEGO, bem como mexeu com a poderosa prefeitura de Goiânia que não tinha nenhum controle sobre a categoria em movimento. *Este foi, de fato, um autêntico movimento autônomo dos trabalhadores da educação no município de Goiânia.*

As posições do litígio se aclararam cristalinamente. De um lado os trabalhadores auto-organizados, de outro, a prefeitura com sua intransigente Secretaria Municipal de Educação – SME. Contudo, o que ficou mais claro ainda foi a posição do SINTEGO, que se apresentou de maneira perfeitamente visível ao mais displicente dos observadores como uma instituição contra os trabalhadores, embora discursivamente fale em seu nome. Assim, de fato, de um lado há os trabalhadores, de outro, a SME e o SINTEGO. Mas as ações da greve encaminhadas pelo Comando de Greve revelaram também outros sujeitos no processo, notadamente a Guarda Civil Municipal, que tradicionalmente foi sempre uma instituição dedicada a resguardar o patrimônio público, passou também a exercer atividade repressiva e em algumas oportunidades executou esta função sobre os trabalhadores em greve. Ou seja, mais uma instituição que se coloca no campo oposto. Mas além destas, é necessário observar que também as instituições que em tese deveriam defender os “interesses do cidadão”, como Ministério Público, mostrou-se também no campo oposto e simplesmente desconsiderou todas as denúncias feitas pelo Comando de

Greve sobre superfaturamentos, processos sem licitação etc. E para finalizar, há que destacar o papel dos meios oligopolistas de comunicação, que através da TV Anhanguera, TV Serra Dourada, Rede Record etc. com seus telejornais e jornais impressos atacaram os professores de todas as formas.

Assim, se um balanço é possível ser feito, os trabalhadores tem que reconhecer que não tem aliados do outro lado da trincheira. Isto vale para os trabalhadores da educação, da saúde, operários, camponeses, desempregados etc. Ou seja, a aliança e solidariedade é do conjunto das classes trabalhadoras e movimentos sociais populares organizados.

O Comando de Greve, então, durante todos os meses da greve executou um conjunto de atividades como, por exemplo: serenata na porta da casa do prefeito, manifestação em inauguração de obras do executivo municipal, panfletagens em terminais de ônibus e feiras livres, participação em entrevistas de rádios, realização de passeatas etc. *Ou seja, o Comando de Greve, através da ação direta, colocou a greve efetivamente em movimento.* Fato a destacar é a participação não substancial do conjunto da categoria em grande parte dos atos realizados pelo Comando de Greve. Isto, contudo, não anula a importância e papel que esta organização teve na condução da greve. Pelo contrário, se o Comando não existisse, a greve não teria se arrastado por tanto tempo, pois o SINTEGO a teria liquidado muito antes.

Fato curioso a ser observado refere-se à assembleia convocada pelo SINTEGO em 19 de agosto de 2010. O Fomal do Comando assim relata o fato:

Logo no início acontece um golpe: a presidente do Sintego afirma que a diretoria do Sindicato não iria dar continuidade à greve e se retira empurrando os presentes aos gritos de destituição. A assembleia continua e os presentes mantêm a greve. A decisão foi protocolada na SME e a Ata registrada em cartório. Ainda neste dia o carro da presidente do Sintego é cercado no momento em que saía de uma coletiva de imprensa em que noticiava o fim da greve (COMANDO DE LUTA, 2011).

O SINTEGO convocou inúmeras assembleias para findar o movimento grevista sendo sempre derrotado pela oposição feita pelo Comando de Greve, mas sobretudo pela categoria que não queria sair da greve sem nenhuma garantia ou vitória. Esta foi a tentativa desesperada da diretoria do SINTEGO. Decretou o fim da greve contra a vontade da assembleia. Naturalmente que os trabalhadores assumiram o controle da assembleia e deliberaram pela continuidade da greve, que foi, aos trancos e barrancos, contra e apesar do sindicato até 29 de agosto de 2010.

Esta greve acabou por decretar definitivamente o fim da influência política do SINTEGO junto aos trabalhadores da educação municipal de Goiânia. Diferentemente das greves anteriores que ao findar do movimento, findava-se também o Comando de Greve, esta manteve a organização. Com o término da greve, os trabalhadores que participavam efetivamente do Comando decidiram manter a organização. Mudaram o nome de Comando de Greve para Comando de Luta. *O que era uma organização temporária necessária para encaminhar as demandas da greve, converteu-se em uma organização permanente com a intenção de encaminhar os debates políticos, condições de trabalho etc. da categoria.* Esta acabou por consolidar-se como uma organização legítima, ou seja, reconhecida pelo conjunto dos educadores, conquistando a confiança da categoria no processo de luta.

O Comando de Luta é uma organização autônoma, ou seja, uma experiência de auto-organização. É, portanto, independente tanto do SINTEGO, quanto da SME, bem como dos partidos políticos, embora houvesse dentro do Comando de Luta pessoas ligadas a partidos políticos. O fato, contudo, de haver pessoas ligadas a partidos políticos no interior do Comando de Luta não nos permite afirmar que os partidos tenham aparelhado esta organização, ou seja, que a tenham utilizado para seus fins partidários particulares. Como organização dos trabalhadores, o Comando de Luta passa a efetivar debates, atos, publicação de jornal, distribuição de panfletos etc. como forma de mobilizar a categoria, bem como informar o conjunto da população goianiense acerca dos problemas da educação pública municipal.

Os debates que se travam dentro do novo Comando de Luta não tardam e logo duas tendências se opõem no interior da organização. Uma que intencionava institucionalizar o Comando de Luta, ou seja, torná-lo um novo sindicato e outra que defendia a manutenção do Comando como forma de organização não-institucionalizada e autônoma. Este debate arrasta-se por algum tempo, até que os que defendiam a não criação do sindicato saem do Comando de Luta. Os demais que continuam com esta proposta, encaminham a criação do novo sindicato que em 8 de dezembro de 2012 realizam a assembleia de fundação da nova entidade denominada Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia – SIMSED.

O Comando de Luta deixa de existir e em seu lugar aparece o SIMSED, que carrega consigo a trajetória e o histórico de lutas efetivadas pelo Comando de Luta. O SIMSED realiza várias atividades: participa de mobilizações nacionais de luta pela educação, publica jornais, realiza atos contra o SINTEGO e a SME etc.

Em 2013, novamente se inicia a ascensão do movimento grevista no município de Goiânia, mas agora, diferentemente das greves anteriores, que eram convocadas, dirigidas e encerradas pelo SINTEGO, aparece agora outra realidade. A figura do SIMSED já começa a aparecer de maneira mais clara. O SIMSED, do ponto de vista jurídico, ainda não pode ser considerado sindicato, pois não tem a carta sindical, documento indispensável para reconhecimento jurídico da entidade. Por causa desta característica entre outras coisas, o SIMSED não assume as convocações de assembleia, nem assina os documentos como SIMSED, mas sim como Comando de Luta, Comando de Greve, às vezes, Comando Sindical, criando uma certa confusão proposital acerca de quem é a organização que está à frente das mobilizações etc. O fato é que o novo movimento grevista inicia-se ao largo do SINTEGO.

O Comando convoca algumas assembleias para debater um problema que ameaça o conjunto dos trabalhadores da rede municipal, a retirada de uma gratificação chamada “difícil acesso”, gratificação para quem mora a certa distância da escola onde trabalha. A proposta da prefeitura consiste em reduzir o valor da gratificação pela metade para os que a recebem e passar a pagar o mesmo valor para todos os professores da rede. Isto gera um descontentamento e novamente, juntamente com outras pautas, a categoria se coloca em movimento e as assembleias convocadas pelo Comando aglutinam milhares de trabalhadores, números que o SINTEGO há anos não conseguia somar.

Enfim, após três assembleias, é deflagrada a greve na prefeitura municipal de Goiânia. Mas aí surge a questão, pode o SIMSED que não é sindicato regularizado deflagrar greve? Independentemente da questão jurídica, o fato é que a categoria entra em greve e não foi nenhum sindicato que a outorgou. A luta passa então totalmente a ser conduzida pelo Comando de Greve, não tendo aí neste lugar nenhum significado a figura institucional do SIMSED. A greve se radicaliza, assembleias com duas mil, três mil pessoas. A greve é conduzida pelo Comando, mas sempre com tencionalidades. Dentro do Comando conflitam diretamente duas tendências, uma que se esforça para manter o caráter autônomo e não-institucionalizado do Comando e outra que tenta afirmar a figura política do SIMSED junto à categoria de professores do município.

No dia 08 de outubro de 2013, o SIMSED, juntamente com parte da categoria, ocupa a Câmara de Vereadores de Goiânia, conduzindo todo o movimento grevista para aquele espaço. Do ponto de vista político, para a categoria, esta greve significou, em grande medida, a desarticulação do então Comando Luta. O SIMSED, mesmo que ainda sem assinar e se declarar publicamente, assume a direção da luta. Ainda, como saldo

político da greve de 2013, que se estende de 24 de setembro a 21 de outubro, pode-se destacar: a) a categoria aceitou e defendeu a ideia de que é possível fazer greve sem sindicato. Esta é a principal vitória da categoria como saldo desta greve; b) mas em contrapartida, o SIMSED saiu como controlador, dirigente do movimento grevista, iniciando aqui um problema para o movimento autônomo dos professores do município de Goiânia.

Em 2014, novamente se levanta na prefeitura de Goiânia novos processos que vão conduzindo os professores da rede à deflagração de uma nova greve. Tal como em 2013, as assembleias que culminaram na greve não são convocadas diretamente pelo SIMSED, mas sim por Comando de Luta/Comando Sindical etc. No blog mesmo do SIMSED parece a chamada: Comando Sindical. Em que pese tudo isto, a greve de 2014 foi totalmente conduzida pelo SIMSED, não houve oposição organizada, embora tenha havido discordâncias internas entre antigos militantes membros do Comando de Luta, bem como por professores que não se destacam politicamente dentro das atividades dos movimentos grevistas. A não adesão de grande parte das escolas a esta greve revela um pouco deste fenômeno. Falta-nos uma estatística sobre isto, mas foi notável que, em relação à greve de 2013 que obteve rapidamente a adesão de quase todas as escolas, a greve de 2014 só conseguiu poucas adesões e parte destas voltaram rapidamente às atividades cotidianas às expensas de decisão de assembleia.

A greve teve início no dia 26 de maio e se encerrou no dia 4 de julho de 2014. Uma das principais demandas levantadas era o descumprimento por parte da prefeitura de Goiânia em relação aos acordos retirados da greve de 2013¹⁰. Devido a inúmeras questões pelas quais vem passando a administração municipal de Goiânia, principalmente com problemas em suas contas, é protocolado pela categoria, via Comando de Greve, um pedido de *impeachment* para o prefeito Paulo Garcia. A votação, na Câmara dos Vereadores é realizada no dia 10 de junho de 2014. Por vinte votos contra, nove a favor e uma abstenção, sendo, deste modo rejeitado o pedido de *impeachment*. Neste momento, parte da categoria ocupa a Câmara e interrompe a sessão. Esta ocupação, aos moldes do que já havia sido feito em 2013 continua até o término da greve, sendo a desocupação o ato simbólico que finaliza o movimento grevista.

A proposta de *impeachment* acabou se configurando, em certa medida, como plataforma política de promoção do SIMSED, pois a rejeição da proposta era algo óbvio,

¹⁰ Para maiores informações sobre as pautas das greves de 2013 e 2014, cf. o blog do SIMSED: <http://simsed.blogspot.com.br/>.

pois dificilmente uma única categoria de trabalhadores em greve consegue *impeachment* de qualquer um do executivo. A ocupação da Câmara dos Vereadores já estava colocada, antes mesmo da votação. Não estamos aqui colocando em segundo plano o empenho político dos vários trabalhadores da educação que militaram nesta greve, mas sim destacar o saldo político que dela pode ser deduzido. *Em 2014, o SIMSED sai como o grande dirigente da luta. Em 2014, o Comando de Luta é liquidado.* A figura do Comando de Greve, que se estabeleceu desde a greve de 2010 como uma organização contra o SINTEGO, está agora, embora isto não seja explicitado em nenhum documento público, subordinada ao SIMSED.

Se uma conclusão do movimento político encerrado na greve de 2014 é possível, esta só pode ser a declaração de uma paralisação do avanço do movimento autônomo que os trabalhadores da rede municipal vem construindo há alguns anos. Os compromissos que a greve conseguiu arrancar à prefeitura não anulam isto. A repressão que sofreram os trabalhadores (corte de ponto, sindicância contra dois membros do SIMSED/Comando de Greve etc.) não anula este passo atrás que o Movimento dos trabalhadores da educação está dando. A possibilidade de institucionalização do SIMSED e seu reconhecimento por amplos seguimentos da categoria como legítimo representante dos trabalhadores implicará numa volta das lutas à institucionalidade típica das instituições burguesas. Os trabalhadores da educação devem atentar-se para este fato e retomar as lutas no estágio que a deixaram em 2013: auto-organizada, não-institucionalizada, marcada pela ação direta (passeatas, assembleias etc.).

Algumas conclusões

De todo o debate que expusemos até o momento, algumas conclusões se impõem. Tais conclusões não são, obviamente, um findar da análise. Esta já está iniciada. São, na verdade, a pontuação de conquistas reais que os trabalhadores da Educação arrancaram às classes dominantes. Tais conquistas não são, também, verdadeiramente meras conquistas salariais ou de melhoria nas condições de trabalho ou qualquer outra coisa semelhante. As conquistas que devemos fazer referências aqui são muito mais profundas e vão muito além do que as migalhas que as classes dominantes cedem aos trabalhadores quando estes se organizam e lutam.

As conclusões aqui a serem pontuadas não são resultado da análise teórica do processo, mas sim, conclusão de toda uma jornada de luta, que não se findou, ainda. Trata-se de conclusão do processo histórico, que em verdade, ainda está em processo. Assim,

estas últimas considerações servem muito mais aos próprios trabalhadores da educação que encaminharam as lutas que descrevemos aqui. Não são conclusões de nossa própria lavra, portanto. São muito mais conclusões que o próprio movimento chegou em suas lutas concretas, práticas.

- *A necessidade de auto-organização e a crítica teórica e prática das instituições.* Esta é a primeira conclusão a que os movimentos que aqui descrevemos chegaram em suas ações. A crítica prática que fizeram é o ponto de partida para a análise teórica. Na verdade, a análise teórica vem *a posteriori*, catando os cacos e tentando apresentar de maneira coerente o que se desenvolveu, na aparência, como processo inconcluso e sem coesão. Tendo ou não consciência do que fizeram, os trabalhadores da educação em Goiás, nos processos referidos, deram aula de crítica às instituições capitalistas. Ensinar a como se organizar sem se instituir. Ensinar que organização não é sinônimo de burocratização. Ensinar que agir de maneira organizada não se confunde com a eleição de líderes que falem em nome da categoria. Assim, se nosso artigo começou com uma descrição da teoria sobre as organizações burocráticas (instituições) e as organizações não-burocráticas é por que, na prática, os trabalhadores já haviam superado ou apresentado às claras tal diferença.

- *O surgimento da auto-organização.* Outra conclusão que se impõe da experiência presente nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás diz respeito à maneira como surgem as experiências de auto-organização. O que permite que uma classe social, uma categoria profissional, um grupo social etc. se auto-organize? O que justifica, do ponto de vista concreto, a existência de tais formas de organização em contraposição a um conjunto de instituições que pretensamente nos representa? Duas conclusões pulam da análise das experiências citadas: 1) o vácuo institucional presente em uma instituição, a UEG, que tinha uma associação de professores extremamente fraca e sem a mínima representatividade perante o conjunto dos trabalhadores da instituição criou o vácuo a partir do qual os trabalhadores inseriram sua própria forma organizativa (o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza o UEG). 2) A existência de uma poderosa instituição, o SINTEGO, cria o seu exato contrário, o Comando de Greve que se transforma em Comando de Luta, na prefeitura de Goiânia. Ou seja, o vácuo institucional bem como o contrário disto são catalisadores para a criação

de experiências auto-organizadas dos trabalhadores¹¹. Isto prova somente que a autodeterminação de classe é a condição fundamental para qualquer processo de luta efetivo. Nem a inexistência de organização, nem muito menos a existência de uma organização burocrática são verdadeiros instrumentos de luta dos trabalhadores. Tais instrumentos ou instâncias organizativas devem ser criadas por eles mesmos no seu processo de luta. As conquistas cotidianas imediatas e as conquistas mais gerais a longo prazo não se conquistam por procuração, por representação. É necessária ação coletiva e auto-organizada para assegurar verdadeiros avanços da luta.

- *Disto deriva uma terceira conclusão: a ação direta como forma efetiva de luta. A ação direta é a ação da classe ou categoria profissional agindo por si mesma. A luta efetivada pelos sindicatos funda-se no princípio da representação, ou seja, o sindicato age e fala em nome dos trabalhadores. O fato de ser referendado ou não em assembleia da categoria não anula tal afirmação. Tal como o sindicato, também os partidos políticos se organizam e agem de acordo com tal princípio. Sua busca pela representação nas várias esferas parlamentares ilustra isto. Ou seja, aqueles que dizem representar os trabalhadores (sindicatos, partidos, parlamento, políticos profissionais etc.) são, na verdade, membros de outras classes sociais, notadamente a burocracia exemplificada em suas várias frações e extratos (burocracia sindical, partidária, estatal etc.). A coisa é bastante clara: enquanto as classes trabalhadoras aguardarem que estas classes os libertem, a escravidão permanecerá. O que as experiências dos trabalhadores da educação em Goiás nos ensina é que somente a ação direta é eficaz. Somente a ação direta é efetivamente pragmática. Por ação direta entenda-se a ação dos trabalhadores de determinada categoria profissional ou classe social agindo por sua própria conta, por meio de organizações que eles criam e controlam, bem como sustentam e mantêm financeiramente, politicamente etc. A ação direta se manifesta nas ações concretas que efetiva a classe em questão ou categoria profissional através de seus instrumentos organizativos. No caso dos*

¹¹ Guardando as devidas proporções, uma comparação histórica ajuda a demonstrar este processo. Os *soviets* surgiram na Rússia em 1905 e depois em 1917 justamente por que não existiam sindicatos de trabalhadores (o vácuo institucional). Os conselhos operários surgiram na Alemanha em 1918 justamente por que existiam poderosos sindicatos, em sua maioria controlados pelo Partido Socialdemocrata alemão (auto-organização contra instituição). *Uma conclusão deriva daí: a auto-organização se desenvolve como necessidade férrea dos trabalhadores colocarem suas próprias pautas e bandeiras de ação, bem como eles próprios controlarem com suas formas de organização os rumos de suas lutas.*

trabalhadores da educação em Goiás, isto evidenciou-se, tanto na UEG, quanto na Prefeitura de Goiânia: panfletos, protestos, serenata na porta da casa do prefeito ou governador, publicação de jornal, criação de *site* e *blog* na *internet*, atos políticos na inauguração de obras pelo executivo municipal ou estadual, realização de assembleias periódicas e permanentes como forma de encaminhar de maneira horizontal as ações das greves etc. Todas estas ações são pensadas, organizadas e executadas pelo conjunto dos trabalhadores e estudantes envolvidos com a luta. Estas atividades também são custeadas pelos próprios trabalhadores, sendo assim, a garantia de autonomia política se consolida também pela independência financeira do movimento. Nem partidos políticos, nem sindicatos, nem parlamentares etc. sustentam financeiramente o movimento.

- *As dissensões internas.* Uma última conclusão que se impõe da prática da luta é a verificação de que em ambos os movimentos, ou seja, tanto na UEG, quanto na Prefeitura de Goiânia, durante e depois do movimento grevista que inaugura a experiência de auto-organização, o embate entre aqueles que defendem a permanência autogerida e aqueles que defendem a institucionalização se estabelece. Esta é, na verdade, a conclusão que o movimento ainda não chegou na prática. Trata-se, aqui, portanto, de colocar para o conjunto dos trabalhadores envolvidos no processo de luta o que significa cada uma destas posições. A teoria, por si só, não muda nada, mas, como diria Marx: “quando nas cabeças das massas, converte-se ela própria em força material”. É disto que se trata. Todas as vitórias e conquistas, bem como os fracassos e as derrotas que sofreram ambos os movimentos deve-se à capacidade de organização e ação da própria categoria através dos mecanismos que os próprios trabalhadores forjam na luta. Toda a campanha que é feita contra os trabalhadores (mesmo por professores e estudantes dentro da UEG e Prefeitura de Goiânia), afirmando que o movimento é desorganizado, que não tem liderança, que falta plataforma mais organizada etc. é falso. Da mesma forma que é falso dizer que o movimento não consegue mais coisas por que não é regulamentado (ou seja, não tem CNPJ ou estatuto registrado em cartório), ou por que não tem presidente, secretário disto ou daquilo etc. A defesa de institucionalização inevitavelmente conseguirá tão somente enquadrar ambos os movimentos. Enquadrar significa colocar dentro do quadro, ou seja, dentro do quadro de reprodução normal das instituições reguladas pelo conjunto de legislação que o Estado cria para amortecer e regulamentar os conflitos de

classe. Nenhuma luta radical é passível de ser enquadrada em qualquer legislação existente. Se o for, é por que já deixou de ser radical e se deixou de ser radical é por que já é parte instituinte desta sociedade, logo, não mais é instrumento de luta dos trabalhadores. É necessário, pois, inventar outros instrumentos. O SIMSED quer se institucionalizar. Ainda não o conseguiu efetivamente. *Todo o movimento das greves da prefeitura em 2013 e 2014 foi convocado, organizado, conduzido e finalizado sem a existência de um sindicato que representasse a categoria.* A Carta Sindical do SIMSED será o atestado de óbito de toda a experiência de luta que vem conduzindo a categoria há anos.

- *Assim, é necessário dizer: a defesa da auto-organização é a única verdadeiramente radical.* Radical aqui tem a mesma conotação dada à palavra por Marx, ou seja, ser radical é ir à raiz, ao fundo, à essência das questões. Um movimento que vá a essência dos problemas, tem que reconhecer que a negação do *status quo* não pode ser efetivada utilizando-se os meios, os instrumentos do próprio *status quo*. Não se acaba com a guerra, produzindo-se mais armas. Não se desenvolve o amor cultivando a violência e a agressão. Não se acaba com a barbárie através do barbarismo. Não se acaba com o capitalismo, utilizando as próprias armas do capitalismo. Nem os fins justificam os meios, nem os meios justificam os fins. *Fins e meios devem ser coerentes, partes de uma única totalidade.* Esta é a conclusão teórico-política que se impõe tanto aos trabalhadores da educação em Goiás, quanto a qualquer trabalhador em qualquer parte do mundo: os trabalhadores estão sozinhos em sua luta, devem encaminhar as lutas eles próprios, através dos meios e organizações que eles próprios forjam no processo de luta.

- *A luta dos trabalhadores da educação deve ir além de si mesma.* Esta é a última conclusão teórica que o movimento não chegou a bom termo em sua luta prática. Esta, contudo, também não está nas mãos dos trabalhadores da educação. Trata-se de um limite das lutas de classes existentes nos últimos anos. O que se constata em Goiás é que somente três movimentos conseguiram ir além de suas burocracias e implementaram um movimento de caráter autônomo: a) os trabalhadores da educação do Município de Goiânia; b) os trabalhadores da educação da UEG; c) parte da juventude organizada através da Frente de Lutas pelo Transporte. Estes três movimentos não conseguiram atuar conjuntamente, exceto em alguns encontros em protestos. Ou seja, o limite das lutas de classes

impõe o isolamento das lutas particulares. A ausência do movimento operário como movimento autônomo no conjunto das lutas agrava ainda mais esta situação de isolamento e perda da visada da transformação radical e revolucionária da sociedade. Assim, se impõe aos que lutam a necessidade de articulação das várias lutas particulares, a integração destas lutas particulares à perspectiva totalizante da luta proletária, ou seja, aquela que aponta para a dissolução das relações de produção capitalista. Enquanto o proletariado não se levanta, cabe aos movimentos mais restritos que lutam aperceber-se que sua vitória só se concretizará verdadeiramente à medida que suas lutas particulares estiverem inseridas na perspectiva totalizante da luta proletária.

Referências

BRICIANER, S. *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Buenos Aires: Shapire Editor, 1975.

COMANDO DE LUTA. *Jornal do Comando*. Edição 1. Fevereiro de 2011. Goiânia, 2011.

JENSEN, K. *A luta Operária e os Limites do Autonomismo*. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.

KORSCH, K. *Karl Marx*. Edições Folio, 2004.

_____. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977).

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

_____. O significado político do comando de greve. *Revista Enfrentamento*. ano 6. n. 10. Jan/jun, 2011. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf10.pdf>, acesso em 16/12/2013.

PANNEKOEK, A. *Los consejos obreros*. Madri: Zero, 1977.

_____. *Lênin, filósofo*. Córdoba: PyP, 1973.

VIANA, N. *A teoria das classes em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

_____. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007